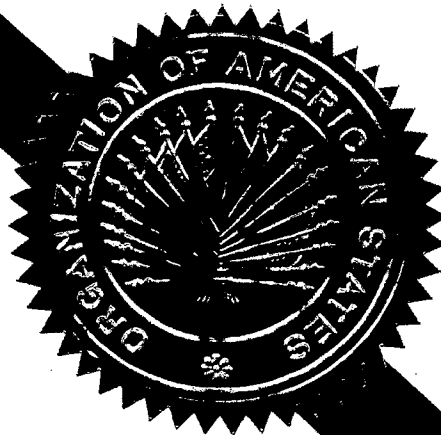


ACUERDO DE COOPERACIÓN Y ASISTENCIA MUTUA ENTRE LAS
AUTORIDADES PORTUARIAS INTERAMERICANAS

AGREEMENT ON COOPERATION AND MUTUAL ASSISTANCE
AMONG INTER-AMERICAN PORT AUTHORITIES

ACORDO DE COOPERAÇÃO E ASSISTÊNCIA MÚTUA ENTRE
AS AUTORIDADES PORTUÁRIAS INTERAMERICANAS

ACCORD DE COOPÉRATION ET D'ASSISTANCE MUTUELLE INTERVENU
ENTRE LES AUTORITÉS PORTUAIRES INTERAMÉRICAINES



**ACORDO DE COOPERAÇÃO E ASSISTÊNCIA MÚTUA ENTRE
AS AUTORIDADES PORTUÁRIAS INTERAMERICANAS**

PREÂMBULO

OS ESTADOS MEMBROS DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE PORTOS (CIP),

CONSIDERANDO:

Que a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) estabelece como um de seus propósitos essenciais promover, por meio da ação cooperativa, o desenvolvimento econômico, social e cultural de seus Estados membros;

Que a Comissão Interamericana de Portos do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), da Organização dos Estados Americanos, tem como objetivo fundamental servir de foro interamericano permanente dos Estados membros da OEA para o fortalecimento da cooperação hemisférica, visando ao desenvolvimento do setor portuário com a ativa participação e colaboração do setor privado, e implementa suas atividades levando em conta as prioridades do Plano Estratégico de Cooperação Solidária do CIDI;

Que a antiga Conferência Portuária Interamericana, em sua Oitava Reunião, realizada em San Pedro Sula, Honduras, em 1993, aprovou a resolução CIES/PUERTOS/RES. 4 (VIII-93), pela qual recomendou aos Estados membros que adotassem um convênio de cooperação e assistência mútua entre as autoridades portuárias interamericanas; e que, para este fim, a Secretaria Técnica apresentou, em 1994, um projeto de acordo à Comissão Técnica Permanente de Portos e que, depois de estudá-lo e revê-lo, em sua XVII Reunião, realizada em Barbados, em junho de 1995, aprovou a resolução COM/PUERTOS/RES. 10 (XVII-95), pela qual se aprovou o projeto de Acordo de Cooperação e Assistência Mútua entre as Autoridades Portuárias Interamericanas e se encarregou a Secretaria Técnica de elaborar o texto definitivo;

Que a abertura econômica, a liberalização comercial, os processos de integração econômica e a modernização da administração pública que vivem os países interamericanos fazem com que a transferência de experiências e o intercâmbio de idéias e metodologias entre eles requeiram procedimentos expeditos, de mútuo apoio e implementação das mudanças macroeconômicas que vive o mundo e que, além disso, permitam incentivar a cooperação, como instrumentos básicos que fortaleçam as relações entre os Estados e povos, com vistas ao desenvolvimento interamericano harmonioso e integral;

Que os Estados membros, cientes da necessidade de modernizar e adequar os sistemas portuários interamericanos, para dispor de serviços flexíveis, rápidos, seguros e econômicos que facilitem o comércio internacional, resolveram unir seus esforços, abrindo diversas alternativas de cooperação que lhes permita acelerar os processos de modernização, para o qual é necessário estabelecer um regulamento-quadro que se considera conveniente seja regida pelas normas do seguinte Acordo de Cooperação e Assistência Mútua entre as autoridades portuárias interamericanas, doravante denominado Acordo=,

ACORDAM O SEGUINTE:

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES

Artigo 1. Para os fins deste Acordo, deverão ser levadas em conta as seguintes definições:

- a. Autoridade portuária nacional: organismo governamental dos Estados membros encarregado de administrar, supervisionar ou coordenar o sistema portuário nacional.
- b. Administração portuária: organismo público ou privado encarregado da administração de um porto ou de um conjunto de portos em um Estado membro.
- c. Estados membros: todos os que fazem parte da Organização dos Estados Americanos (OEA).
- d. Estados partes: todos os Estados que hajam concordado em obrigar-se mediante o presente Acordo, tendo manifestado sua anuência em conformidade com um dos procedimentos previstos no artigo 21, nos termos exigidos por suas respectivas leis.
- e. Comissão: a Comissão Interamericana de Portos da OEA.
- f. Comissão Executiva: órgão encarregado de executar as políticas da Comissão.
- g. Secretaria da CIP: dependência da Secretaria-Geral da OEA encarregada de prestar à CIP os serviços previstos no Regulamento da CIP, aprovado pelo CIDI.

CAPÍTULO II

OBJETIVOS E ÂMBITO DE AÇÃO

Artigo 2. Este Acordo tem como objetivo principal promover a cooperação e assistência mútua em todas as áreas da atividade portuária, a fim de contribuir para que os Estados membros contem com sistemas portuários modernos, flexíveis, economicamente produtivos, eficientes, eficazes, rápidos e seguros, e facilitar a adoção de uma política portuária interamericana compatível com os esforços e processos de integração interamericana.

Artigo 3. Este Acordo abrange todas as áreas da atividade portuária que tenham relação com a política, normatividade, administração, investimento, tarifação, automatização, comercialização, operação, segurança, meio ambiente, recursos humanos e demais assuntos relacionados com a modernização portuária.

CAPÍTULO III

MODALIDADES GERAIS DA COOPERAÇÃO E ASSISTÊNCIA MÚTUA

Artigo 4. A cooperação e assistência mútua do Acordo serão prestadas por meio do intercâmbio de informações e documentação, da assistência técnica direta e do treinamento e formação do pessoal.

Artigo 5. Os Estados partes, por meio da autoridade portuária nacional, designarão um escritório de ligação e um oficial de ligação responsáveis pela aplicação deste Acordo. Esta informação será proporcionada, por escrito, à Secretaria da CIP, para que a compile e a distribua periodicamente aos escritórios de ligação dos Estados partes..

CAPÍTULO IV

INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO

Artigo 6. Os Estados partes compilarão e manterão atualizado, de forma permanente, um compêndio de informações e documentação sobre as áreas da atividade portuária, que será fornecido aos demais Estados partes e intercambiado com eles.

Artigo 7. Os Estados partes promoverão o intercâmbio permanente do compêndio de informações e documentação portuária.

Artigo 8. Os Estados partes remeterão anualmente à Secretaria da CIP o compêndio de informações e documentação nas áreas da atividade portuária, o qual será de uso público, a fim de que o divulgue e publique periodicamente, sujeito à sua disponibilidade orçamentária. Além disso, com essas informações e documentação, a Secretaria da CIP constituirá um Banco de dados portuário interamericano. Todos os Estados partes terão acesso direto ao banco de dados, mediante solicitação por escrito à Secretaria da CIP.

Artigo 9. Os Estados partes colaborarão entre si, proporcionando informações e documentação, mediante solicitação por escrito dirigida ao escritório de ligação de um Estado parte designado de conformidade com o artigo 5. As informações e documentação proporcionadas pelos Estados partes serão de uso público, a não ser que o Estado parte que as fornecer disponha o contrário.

CAPÍTULO V

ASSISTÊNCIA TÉCNICA DIRETA

Artigo 10. Os Estados partes prestarão assistência técnica direta, designando peritos nacionais, para que levem a cabo assessoramentos, consultorias, atividades docentes e participem de eventos especiais, e oferecendo outras formas de assistência nas diversas áreas da atividade portuária. As condições para a assistência técnica direta serão determinadas mediante acordo entre os Estados contratantes interessados.

Artigo 11. O Estado parte que desejar obter a prestação de assistência técnica direta de outro Estado parte que esteja disposto a prestá-la, comunicar-se-á por escrito, com a suficiente antecedência e proporcionando a seguinte informação: a) objetivo da assistência técnica direta; b) produto final esperado; c) requisitos e número de peritos requeridos; d) local onde será levada a cabo a assistência técnica, sua duração e datas; e) disponibilidade de remuneração para peritos; f) oferecimento de passagens e despesas de manutenção para peritos; g) contribuições de contrapartida em termos de mobilidade local, pessoal, comunicações, etc.; e h) outras informações relevantes. O Estado parte que estiver disposto a prestar a assistência técnica direta solicitada compromete-se a responder oficialmente à solicitação num prazo não superior a 30 dias consecutivos ao recebimento da solicitação. Os Estados partes, por intermédio dos escritórios de ligação das autoridades portuárias nacionais, deverão estabelecer as condições para custear as despesas de assistência técnica direta.

Artigo 12. Os Estados partes comprometem-se a enviar à Secretaria da CIP o *curriculum vitae* dos peritos portuários nacionais, a fim de que esta possa estabelecer e manter atualizado um banco de dados de peritos portuários interamericanos. As informações deste banco de dados estarão à disposição dos Estados partes.

Artigo 13. A Secretaria da CIP recomendará aos Estados partes, quando solicitado, as normas gerais e as condições econômicas que deverão reger a execução destas atividades de assistência técnica direta, a fim de que sejam realizadas a custos razoáveis e num espírito de cooperação e assistência mútua entre os Estados partes.

Artigo 14. A Secretaria da CIP solicitará, quando necessário, a cooperação na forma de recursos humanos, materiais e financeiros dos organismos regionais e internacionais de cooperação, públicos e privados, para realizar e reforçar os programas de assistência técnica direta solicitados pelos Estados partes.

CAPÍTULO VI

TREINAMENTO E FORMAÇÃO DO PESSOAL

Artigo 15. O treinamento e formação do pessoal da área portuária dos Estados partes é uma das principais formas de cooperação e assistência mútua, que será prestada mediante cursos, seminários, estágios e cursos práticos nos locais de trabalho, bem como outras modalidades nas áreas da atividade portuária.

Artigo 16. Os Estados partes comprometem-se a propiciar a realização, em seus territórios, de atividades de treinamento e formação do pessoal da área portuária no âmbito regional e interamericano, na medida do possível.

Artigo 17. Os Estados partes deverão atribuir alta prioridade ao treinamento e formação de seu pessoal da área portuária nas atividades organizadas pela Secretaria da CIP, bem como nas atividades levadas a cabo nos demais Estados membros.

CAPÍTULO VII

FUNÇÕES DAS AUTORIDADES PORTUÁRIAS NACIONAIS E DA SECRETARIA DA CIP

Artigo 18. As autoridades portuárias nacionais prestarão a cooperação solicitada para a consecução dos objetivos deste Acordo. Neste sentido, terão a seu cargo o escritório de ligação e, por seu intermédio, comprometem-se a manter estreito vínculo com as administrações portuárias de seu país, proporcionando-lhes as informações pertinentes de conformidade com este Acordo e velando pelo fiel cumprimento das disposições nele previstas. Além disso, manterão constante comunicação com os escritórios de ligação dos outros Estados partes e com a Secretaria da CIP.

Artigo 19. A Secretaria da CIP, além das funções a ela atribuídas nos artigos anteriores, será, de acordo com os recursos orçamentários disponíveis, o organismo encarregado de manter um canal permanente de comunicação com as autoridades portuárias nacionais e com os escritórios de ligação de cada Estado parte e terá a atribuição de propor modificações aos termos da cooperação e assistência mútua deste Acordo. A Secretaria da CIP também será responsável pelo acompanhamento e continuidade do cumprimento deste Acordo e pela revisão periódica de suas normas e resultados.

CAPÍTULO VIII

PROCEDIMENTO PARA PARTICIPAR DO ACORDO

Artigo 20. O presente Acordo, após aprovado pela maioria dos Estados membros em sessão plenária da Comissão, estará aberto à assinatura dos Estados membros da CIP.

Artigo 21. Os Estados membros podem adquirir a condição de partes do presente Acordo mediante:

- a. assinatura não sujeita a ratificação, aceitação ou aprovação;
- b. assinatura sujeita a ratificação, aceitação ou aprovação, seguida de ratificação, aceitação ou aprovação; ou
- c. adesão.

A ratificação, aceitação, aprovação ou adesão será formalizada mediante depósito do correspondente instrumento na Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, em sua condição de depositário.

Artigo 22. Os Estados partes poderão formular reservas ao presente Acordo no momento de sua assinatura, aprovação, ratificação ou adesão, desde que as reservas não sejam incompatíveis com o objeto e os propósitos do Acordo e que versem sobre uma ou mais disposições específicas.

CAPÍTULO IX

MODIFICAÇÃO E SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Artigo 23. Reformas ao presente Acordo só poderão ser adotadas em sessão plenária da Comissão, mediante a anuência da maioria dos Estados partes. As reformas entrarão em vigor nos mesmos termos e de acordo com os procedimentos estabelecidos no artigo 21. Os instrumentos em que constem as modificações serão apensos como anexos ao presente Acordo.

Artigo 24. Qualquer controvérsia que emane da aplicação ou interpretação do presente Acordo ou da execução das atividades que lhe sejam pertinentes deverá ser resolvida mediante negociação direta entre os Estados partes pertinentes. As controvérsias que não possam ser resolvidas mediante negociação direta serão submetidas ao procedimento arbitral que os Estados partes venham a convir.

CAPÍTULO X

VIGÊNCIA E DURAÇÃO

Artigo 25. O presente Acordo entrará em vigor no trigésimo dia a partir da data em que os Estados tenham passado a fazer parte do mesmo. Quanto aos demais Estados, entrará em vigor no trigésimo dia a partir da data em que estes tenham expressado sua anuência, em conformidade com alguma das modalidades previstas no artigo 21.

Artigo 26. O presente Acordo terá duração indefinida, mas qualquer Estado parte poderá denunciá-lo. O instrumento de denúncia será depositado na Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos. Decorrido um ano da data da denúncia, os efeitos do Acordo cessarão para o Estado denunciante e subsistirão para os demais Estados partes.

CAPÍTULO XI

DEPÓSITO DO INSTRUMENTO ORIGINAL

Artigo 27. O instrumento original do presente Acordo, cujos textos em espanhol, francês, inglês e português são igualmente autênticos, será depositado na Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, a qual, nos termos do artigo 102 de sua Carta, enviará cópia certificada do seu texto à Secretaria-Geral das Nações Unidas para fins de registro e publicação. A Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos notificará os Estados membros da CIP a respeito das assinaturas, dos depósitos de instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação, adesão e denúncia e das reservas que sejam formuladas ao presente Acordo, bem como das reformas ao mesmo.

**ACUERDO DE COOPERACIÓN Y ASISTENCIA MUTUA ENTRE LAS
AUTORIDADES PORTUARIAS INTERAMERICANAS**

PREÁMBULO

LOS ESTADOS MIEMBROS DE LA COMISIÓN INTERAMERICANA DE PUERTOS (CIP),

CONSIDERANDO:

Que la Carta de la Organización de los Estados Americanos (OEA) establece como uno de sus objetivos centrales el promover, por medio de la acción cooperativa, el desarrollo económico, social y cultural de sus Estados miembros;

Que la Comisión Interamericana de Puertos del Consejo Interamericano para el Desarrollo Integral (CIDI) de la Organización de los Estados Americanos tiene como objetivo fundamental servir de foro interamericano permanente de los Estados miembros de la OEA para el fortalecimiento de la cooperación hemisférica para el desarrollo del sector portuario, con la participación y colaboración activas del sector privado, e implementa sus actividades teniendo en cuenta las prioridades del Plan Estratégico de Cooperación Solidaria del CIDI;

Que la Conferencia Portuaria Interamericana, -órgano predecesor de la CIP- en su VIII reunión, celebrada en San Pedro Sula, Honduras en 1993, aprobó la Resolución CIES/PUERTOS/Res. 4 (VIII-93), por la que recomendó a los Estados miembros adoptar un sistema de cooperación y asistencia mutua entre las autoridades portuarias interamericanas. Que a tal efecto, la Secretaría Técnica presentó en 1994 un proyecto de Acuerdo al Comité Técnico Permanente de Puertos, y que luego de estudiarlo y revisarlo, en su XVII reunión celebrada en Barbados en junio de 1995, aprobó la resolución COM/PUERTOS/Res. 10 (XVII-95), por la que se aprueba el proyecto de Acuerdo de Cooperación y Asistencia Mutua entre las Autoridades Portuarias Interamericanas, encomendándole a la Secretaría Técnica la confección del texto definitivo;

Que la apertura económica, la liberalización comercial, los procesos de integración económica y la modernización de la administración pública que viven los países interamericanos, hacen que el traspaso de experiencias y el intercambio de ideas y metodologías entre ellos requiera de procedimientos expeditos, de mutuo apoyo e implementación de los cambios macroeconómicos que vive el mundo y que, asimismo, permita incentivar la cooperación, como herramienta básica que fortalezca las relaciones entre los Estados y pueblos, en aras del desarrollo armónico e integral interamericano;

Que los Estados miembros son conscientes de la necesidad de modernizar y adecuar los sistemas portuarios interamericanos, para disponer de servicios flexibles, rápidos, seguros y económicos que faciliten el comercio internacional, por lo que han resuelto unificar sus esfuerzos, abriendo diversas alternativas de cooperación que les permita acelerar los procesos de modernización, para lo cual es necesario establecer una regulación marco que se estima conveniente sea regida por las normas del siguiente "Acuerdo de Cooperación y Asistencia Mutua entre las Autoridades Portuarias Interamericanas" en adelante, "el Acuerdo",

ACUERDAN:

CAPITULO I

DEFINICIONES

Artículo 1. Para los efectos del Acuerdo se deberán tener presentes las siguientes definiciones:

- a. **Autoridad Portuaria Nacional:** el organismo gubernamental de los Estados miembros encargado de administrar, supervisar o coordinar el sistema portuario nacional.
- b. **Administración Portuaria:** el organismo público o privado encargado de la administración de un puerto o de un conjunto de puertos en un Estado miembro.
- c. **Estados miembros:** todos aquellos que forman parte de la Organización de los Estados Americanos (OEA).
- d. **Estados Partes:** todos aquellos que hayan consentido en obligarse por el presente Acuerdo, habiendo manifestado su consentimiento de acuerdo con alguno de los procedimientos previstos en el artículo 21, según lo exijan sus respectivas legislaciones.
- e. **Comisión:** la Comisión Interamericana de Puertos de la OEA.
- f. **Comité Ejecutivo:** el órgano encargado de ejecutar las políticas de la Comisión.
- g. **Secretaría de la CIP:** Dependencia de la Secretaría General de la OEA, encargada de brindar a la CIP, los servicios previstos en el Reglamento de la CIP, aprobado por el CIDI.

CAPITULO II

OBJETIVOS Y CAMPO DE ACCIÓN

Artículo 2. El Acuerdo tiene como objetivo central promover la cooperación y asistencia mutua en todas las áreas del quehacer portuario; las que están orientadas a coadyuvar a que los Estados miembros cuenten con sistemas portuarios modernos, flexibles, económicamente productivos, eficientes, eficaces, rápidos y seguros; y a facilitar la adopción de una política portuaria interamericana compatible con los esfuerzos y procesos de integración interamericana.

Artículo 3. El Acuerdo abarca todas las áreas del quehacer portuario que tengan relación con la política, normatividad, administración, inversiones, tarifación, automatización, comercialización, operaciones, seguridad, medio ambiente, recursos humanos y demás temas relacionados con la modernización portuaria.

CAPITULO III

MODALIDADES GENERALES DE LA COOPERACIÓN Y ASISTENCIA MUTUA

Artículo 4. La cooperación y asistencia mutua del Acuerdo se brindará por medio del intercambio de información y documentación, de la asistencia técnica directa, y de la capacitación y formación del personal.

Artículo 5. Los Estados Partes, a través de la Autoridad Portuaria Nacional, designarán una Oficina de Enlace y un Oficial de Enlace responsables de la aplicación del Acuerdo. Esta información será suministrada por escrito a la Secretaría de la CIP para que la compile y distribuya regularmente entre las Oficinas de Enlace de los Estados Partes.

CAPITULO IV

INTERCAMBIO DE INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN

Artículo 6. Los Estados Partes recopilarán y mantendrán actualizado, en forma permanente, un compendio de información y documentación sobre las áreas del quehacer portuario.

Artículo 7. Los Estados Partes promoverán un intercambio permanente del compendio de información y documentación portuaria.

Artículo 8. Los Estados Partes remitirán anualmente a la Secretaría de la CIP el compendio de información y documentación en las áreas del quehacer portuario, el cual será de uso público a fin de que sujeto a su disponibilidad presupuestaria, sea divulgado y publicado regularmente. Asimismo, con dicha información y documentación, la Secretaría de la CIP ha de conformar un Banco de Datos Portuario Interamericano. Todos los Estados Partes tendrán acceso directo al banco de datos, previa solicitud escrita a la Secretaría de la CIP.

Artículo 9. Los Estados Partes colaborarán entre sí, suministrándose información y documentación, previa solicitud escrita de la Oficina de Enlace de un Estado Parte, designada conforme al artículo 5. La información y documentación suministrada por los Estados Partes será de uso público, salvo que el Estado que efectúa la entrega establezca disposición en contrario.

CAPITULO V

ASISTENCIA TÉCNICA DIRECTA

Artículo 10. Los Estados Partes se prestarán asistencia técnica directa, asignando, para tal efecto, expertos nacionales para que lleven a cabo asesorías, consultorías, actividades docentes, participen en eventos especiales, y realicen otras formas de asistencia en las distintas áreas del quehacer portuario. Las condiciones para la asistencia técnica directa serán establecidas por acuerdos específicos entre los Estados Partes involucrados.

Artículo 11. El Estado Parte que desee obtener la prestación de asistencia técnica directa de otro Estado Parte que esté dispuesto a brindarla, se lo comunicará en forma escrita, con la suficiente anticipación y especificando la siguiente información: (a) objetivo de la asistencia técnica directa; (b) producto final esperado; (c) requisitos y número de expertos requeridos; (d) lugar donde se llevará a cabo la asistencia técnica, duración y fechas de la misma; (e) disponibilidad de remuneración para expertos; (f) ofrecimiento de pasajes y gastos de estadía para expertos; (g) aportes de contraparte en términos de movilidad local, personal, comunicaciones, etc. y, (h) otra información de relevancia. El Estado Parte que esté dispuesto a prestar la asistencia técnica directa requerida se compromete a contestar oficialmente la solicitud en un plazo no mayor a los 30 días calendario de recibida la solicitud. Los Estados Partes, a través de las Oficinas de Enlace de las Autoridades Portuarias Nacionales, deberán establecer las condiciones para cubrir los costos de las asistencias técnicas directas.

Artículo 12. Los Estados Partes se comprometen a enviar a la Secretaría de la CIP el currículum vitae de expertos portuarios nacionales a fin de que ésta establezca y mantenga vigente un Banco de Datos de Expertos Portuarios Interamericanos. La información de este banco de datos estará a disposición de los Estados Partes.

Artículo 13. La Secretaría de la CIP recomendará a los Estados Partes, cuando sea requerida, las normas generales y las condiciones económicas que deberán regir en la ejecución de estas actividades de asistencia técnica directa, a fin de que se concreten a costos razonables y dentro de un espíritu de cooperación y asistencia mutua entre los Estados Partes.

Artículo 14. La Secretaría de la CIP solicitará, cuando sea necesario, la cooperación en recursos humanos, materiales y económicos de los organismos regionales e internacionales de cooperación, públicos y privados, para desarrollar y reforzar los programas de asistencia técnica directa que los Estados partes le requieran.

CAPITULO VI

CAPACITACIÓN Y FORMACIÓN DEL PERSONAL

Artículo 15. La capacitación y formación del personal del área portuaria de los Estados Partes es una de las principales formas de cooperación y asistencia mutua, que se llevará a cabo a través de cursos, seminarios, talleres, pasantías, prácticas en los lugares de trabajos, y otras modalidades sobre las áreas del quehacer portuario.

Artículo 16. Los Estados Partes se comprometen a propiciar la realización en sus territorios de actividades de capacitación y formación del personal del área portuaria a nivel regional e interamericano, en la medida de sus posibilidades.

Artículo 17. Los Estados Partes deberán brindar alta prioridad a la capacitación y formación de su personal del área portuaria en las actividades que organiza la Secretaría de la CIP, así como en aquellas actividades que se lleven a cabo en los demás Estados miembros.

CAPITULO VII

FUNCIONES DE LAS AUTORIDADES PORTUARIAS NACIONALES

Y DE LA SECRETARIA DE LA CIP

Artículo 18. Las Autoridades Portuarias Nacionales brindarán la cooperación requerida para el logro de los objetivos de este Acuerdo. A tal efecto, tendrán a su cargo la Oficina de Enlace, y a través de ella, se comprometen a mantener un estrecho vínculo con las Administraciones Portuarias de su país, suministrándoles la información pertinente de este Acuerdo, y velando por el fiel cumplimiento de las disposiciones que consagra el mismo. Asimismo, mantendrán una fluida comunicación con las Oficinas de Enlace de los otros Estados Partes y con la Secretaría de la CIP.

Artículo 19. La Secretaría de la CIP, en adición a las funciones que se le encomienda en los artículos precedentes, será, de acuerdo a sus posibilidades presupuestarias, el organismo encargado de mantener un canal permanente de comunicación con las Autoridades Portuarias Nacionales y con las Oficinas de Enlace de cada Estado Parte, y tendrá la atribución de proponer modificaciones a los términos de la cooperación y asistencia mutua de este Acuerdo. La Secretaría de la CIP también dará seguimiento y continuidad al cumplimiento de este Acuerdo y a la revisión periódica de sus normas y resultados.

CAPITULO VIII

PROCEDIMIENTO PARA SER PARTE EN EL ACUERDO

Artículo 20. El presente Acuerdo, luego de ser aprobado por la mayoría de los Estados miembros en una sesión plenaria de la Comisión, estará abierto a la firma de los Estados Miembros de la CIP.

Artículo 21. De conformidad con lo dispuesto en sus respectivas legislaciones, los Estados Miembros podrán llegar a ser partes en el presente Acuerdo mediante:

- a. La firma no sujeta a ratificación, aceptación, o aprobación;
- b. La firma sujeta a ratificación, aceptación o aprobación, seguida de ratificación, aceptación o aprobación, o
- c. La adhesión.

La ratificación, aceptación, aprobación o adhesión se realizará mediante el depósito del instrumento correspondiente en la Secretaría General de la Organización de los Estados Americanos, en su carácter de Depositaria.

Artículo 22. Los Estados Partes podrán formular reservas al presente Acuerdo al momento de firmarlo, aprobarlo, ratificarlo o adherir a él, siempre que las reservas no sean incompatibles con el objeto y propósitos del Acuerdo y versen sobre una o más disposiciones específicas.

CAPITULO IX

MODIFICACIÓN Y SOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

Artículo 23. Las reformas al presente Acuerdo sólo podrán ser adoptadas en una sesión plenaria de la Comisión, con el consentimiento de la mayoría de los Estados Partes. Las reformas entrarán en vigor en los mismos términos y según los procedimientos establecidos en el artículo 21. Los instrumentos en los que consten las modificaciones se agregarán como anexos al presente Acuerdo.

Artículo 24 Cualquier controversia que surja con motivo de la aplicación o interpretación del presente Acuerdo o en la ejecución de las actividades materia del mismo deberá resolverse mediante negociación directa entre los Estados Partes involucrados. Las controversias que no puedan solucionarse mediante negociación directa serán sometidas al procedimiento arbitral que convengan los Estados involucrados.

CAPITULO X

ENTRADA EN VIGOR Y DURACION

Artículo 25. Este presente Acuerdo entrará en vigor el trigésimo día a partir de la fecha en que dos Estados hayan llegado a ser partes en el mismo. En cuanto a los Estados restantes, entrará en vigor en el trigésimo día a partir de la fecha en que los Estados hayan prestado su consentimiento de acuerdo con alguna de las modalidades previstas en el artículo 21.

Artículo 26. El presente Acuerdo regirá indefinidamente, pero cualquiera de los Estados Partes podrá denunciarlo. El instrumento de denuncia será depositado en la Secretaría General de la Organización de los Estados Americanos. Transcurrido un año a partir de la denuncia, el Acuerdo cesará sus efectos para el Estado denunciante, quedando subsistente para los demás Estados Partes.

CAPITULO XI

DEPÓSITO DEL INSTRUMENTO ORIGINAL

Artículo 27. El instrumento original del presente Acuerdo, cuyos textos español, francés, inglés y portugués son igualmente auténticos, será depositado en la Secretaría General de la Organización de los Estados Americanos, la que enviará copia certificada de su texto para su registro y publicación a la Secretaría General de las Naciones Unidas, de conformidad con el artículo 102 de su Carta. La Secretaría General de la Organización de los Estados Americanos notificará a los Estados Miembros de la CIP las firmas, los depósitos de instrumentos de ratificación, aceptación, aprobación, adhesión y denuncia y las reservas que se formularen al presente Acuerdo, así como las reformas al mismo.

**AGREEMENT ON COOPERATION AND MUTUAL ASSISTANCE
AMONG INTER-AMERICAN PORT AUTHORITIES**

PREAMBLE

THE MEMBER STATES OF THE INTER-AMERICAN COMMITTEE ON PORTS (CIP),

CONSIDERING:

That the Charter of the Organization of American States (OAS) establishes as one of its central purposes the promotion, through cooperative action, of the economic, social, and cultural development of its member states;

That the primary purpose of the Inter-American Committee on Ports of the Inter-American Council for Integral Development (CIDI) of the Organization of American States is to serve as a permanent inter-American forum of the member states of the Organization, for the strengthening of hemispheric cooperation in the area of port-sector development, with the active participation and collaboration of the private sector. The Committee shall carry out its activities taking into account the priorities of the Strategic Plan for Partnership for Development;

That the Inter-American Port and Harbor Conference--the predecessor of the CIP--at its eighth meeting held in 1993 in San Pedro Sula, Honduras, adopted resolution CIES/PUERTOS/Res. 4 (VIII-93), in which it recommended that the member states adopt a system of cooperation and mutual assistance among the inter-American port authorities. That, to this end, in 1994 the Technical Secretariat presented a draft agreement to the Permanent Technical Committee on Ports, which, after studying and revising it, adopted, at its seventeenth meeting, held in Barbados in June 1995, resolution COM/PUERTOS/Res. 10 (XVII-95), in which it approved the draft Agreement on Cooperation and Mutual Assistance among Inter-American Port Authorities and instructed the Technical Secretariat to prepare the final draft;

That, with the opening up of economies, trade liberalization, economic integration, and modernization of public administration in the American countries today, the sharing of experiences, ideas, and methodologies among them requires expeditious procedures for mutual support and implementation of the macroeconomic changes at work in the world, as well as the opportunity to foster cooperation as a fundamental way to strengthen relations among states and peoples in the interest of harmonious and integral inter-American development; and

That the member states are aware of the need to modernize and adapt the inter-American port systems to endow them with flexible, rapid, safe, and economical services that will facilitate international trade, and have therefore decided to unify their efforts and open a variety of avenues for cooperation that will enable them to accelerate their modernization, for which it is necessary to establish framework regulations, which it is considered advisable to make subject to the provisions of the following Agreement on Cooperation and Mutual Assistance among Inter-American Port Authorities (hereinafter, "the Agreement),"

HAVE AGREED AS FOLLOWS:

CHAPTER I

DEFINITIONS

Article 1. For purposes of this Agreement, the following definitions shall apply:

- a. National port authority: the government agency of a member state charged with the administration, oversight, or coordination of the national port system.
- b. Port administration: the public or private agency charged with the administration of a port or group of ports in a member state.
- c. Member states: all states that are members of the Organization of American States (OAS).
- d. States Parties: all states that have agreed to abide by this Agreement, in keeping with one of the procedures set forth in Article 21, depending on the requirements of the state's laws.
- e. The Committee: the OAS Inter-American Committee on Ports (CIP).
- f. Executive Board: the organ responsible for executing Committee policies.
- g. Secretariat of the CIP: unit of the OAS General Secretariat responsible for providing the CIP with the services set forth in the Committee's Rules of Procedure, approved by CIDI.

CHAPTER II

PURPOSES AND SPHERE OF ACTION

Article 2. The primary purpose of the Agreement is to promote cooperation and mutual assistance in all areas of port activity in order to help the member states achieve modern port systems that are modern, flexible, economically productive, efficient, effective, rapid, and safe, and to facilitate the adoption of an inter-American port policy attuned to inter-American integration efforts and measures.

Article 3. The Agreement covers all areas of port affairs bearing on policy, regulation, administration, investment, rate setting, automation, marketing, operations, security, the environment, human resources, and other subjects relating to port modernization.

CHAPTER III

GENERAL MEANS OF COOPERATION AND MUTUAL ASSISTANCE

Article 4. Cooperation and mutual assistance shall be given under the Agreement in the form of exchanges of information and documentation, direct technical assistance, and personnel instruction and training.

Article 5. Acting through its national port authority, each State Party shall designate a liaison office and a liaison officer to handle application of the Agreement. This information shall be provided in writing to the Secretariat of the CIP for regular compilation and circulation among the liaison offices of the States Parties.

CHAPTER IV

EXCHANGE OF INFORMATION AND DOCUMENTATION

Article 6. Each State Party shall compile and keep up-to-date a compendium of information and documentation on the areas of port operations.

Article 7. Each State Party shall promote ongoing exchanges of their compendia of information and documentation on ports.

Article 8. Every year each State Party shall send its compendium of information and documentation in the areas of port operations to the Secretariat of the CIP so that it may be available to the public and, as the Secretariat's budget permits, for regular release and publication. In addition, the Secretariat of the CIP shall use the information and documentation to build a Data Bank on Inter-American Ports. All States Parties shall have direct access to this data bank upon written request to the Secretariat.

Article 9. The States Parties shall collaborate with one another and supply information and documentation at the written request of the liaison office of a State Party, designated as provided in Article 5. The information and documentation supplied shall be available to the public, unless the state supplying them specifies otherwise.

CHAPTER V

DIRECT TECHNICAL ASSISTANCE

Article 10. The States Parties shall render direct technical assistance and, for that purpose, shall designate experts from their respective countries to render advisory and consulting services, provide instruction, participate in special events, and carry out other forms of assistance in the different areas of port operations. The conditions governing direct technical assistance shall be established through specific agreement between the States Parties in question.

Article 11. A State Party that wishes to receive direct technical assistance from another State Party that is willing to provide it shall so advise the latter in writing with sufficient advance notice, providing the following information: (a) the purpose of the direct technical assistance; (b) the final outcome anticipated; (c) the number of experts requested and other requirements; (d) the site, duration, and dates of the technical assistance; (e) the availability of remuneration for experts; (f) the travel fares and living allowances offered to the experts; (g) counterpart contributions in terms of local transportation, staffing, communications, etc.; and (h) other pertinent information. The State Party willing to render direct technical assistance undertakes to reply officially to the request within 30 calendar days of its receipt. States Parties, through the liaison offices of the national port authorities, shall establish the conditions for meeting the costs of direct technical assistance.

Article 12. The States Parties undertake to send to the Secretariat of the CIP the curricula vitae of their national port experts so that it may establish and keep current a Data Bank on Inter-American Port Experts. The information in this data bank shall be available to the States Parties.

Article 13. The Secretariat of the CIP shall recommend to States Parties, when requested, general rules and economic terms to govern the execution of these direct technical assistance activities, so that they may be performed at reasonable cost and in a spirit of cooperation and mutual assistance between States Parties.

Article 14. As necessary, the Secretariat of the CIP shall request cooperation in the form of human, material, and financial resources from regional and international cooperation agencies, both public and private, for the development and improvement of direct technical assistance programs requested from it by the States Parties.

CHAPTER VI

PERSONNEL INSTRUCTION AND TRAINING

Article 15. One major form of cooperation and mutual assistance is the instruction and training of port personnel in the States Parties, which shall be provided through courses, seminars, workshops, internships, practical workplace exercises, and other means, in the areas of port operation.

Article 16. To the extent that they are able, the States Parties undertake to promote in their territories the instruction and training of port personnel at the regional and inter-American levels.

Article 17. The States Parties shall give high priority to the instruction and training of their port personnel in the activities organized by the Secretariat of the CIP and in those carried out in the other member states.

CHAPTER VII

FUNCTIONS OF THE NATIONAL PORT AUTHORITIES AND THE SECRETARIAT OF THE CIP

Article 18. Every national port authority shall provide the cooperation required for accomplishment of the purposes of this Agreement. To this end, it shall have a liaison office, through which it undertakes to maintain close ties with the port administrations of its own country, supplying them with all pertinent information under this Agreement and ensuring faithful compliance with its provisions. It shall also maintain ongoing communication with the liaison offices of the other States Parties and with the Secretariat of the CIP.

Article 19. In addition to the functions assigned to it in the preceding articles, the Secretariat of the CIP, insofar as its budget permits, shall maintain a permanent channel of communication with the national port authority and liaison office of every State Party, and shall be authorized to propose changes in the terms of cooperation and mutual assistance under this Agreement. The Secretariat of the CIP shall also monitor and follow up on compliance with this Agreement and the periodic revision of its provisions and its outcome.

CHAPTER VIII

PROCEDURE FOR BECOMING A PARTY TO THE AGREEMENT

Article 20. When it has been approved by the majority of the member states at a plenary session of the Committee, this Agreement will be open for signature by the member states of the CIP.

Article 21. In accordance with their respective laws, member states may become states party to this Agreement as follows:

- a. Signature, not subject to ratification, acceptance, or approval;
- b. Signature, subject to ratification, acceptance, or approval followed by the corresponding ratification, acceptance, or approval; or
- c. Accession.

Ratification, acceptance, or approval of this Agreement or accession thereto shall be made by the deposit of the corresponding instrument with the General Secretariat of the Organization of American States as the depository.

Article 22. The States Parties may formulate reservations to this Agreement upon its signature, approval, or ratification or accession thereto, provided they are not inconsistent with the aim and purposes of the Agreement and deal with one or more specific provisions.

CHAPTER IX

AMENDMENT AND SETTLEMENT OF DISPUTES

Article 23. This Agreement may be amended only by a majority of the States Parties at a plenary session of the Committee. Amendments shall enter into force under the same terms and following the same procedures established in Article 21. The amending instruments shall be appended to this Agreement.

Article 24 Any dispute that may arise over the application or interpretation of this Agreement or over the execution of activities under this Agreement shall be settled by direct negotiation between the States Parties in question. Disputes that cannot be settled through direct negotiation shall be submitted to arbitration in accordance with a procedure agreed to by the states in question.

CHAPTER X

ENTRY INTO FORCE AND DURATION

Article 25. This Agreement shall enter into force thirty (30) days after two states have become parties to the Agreement. With respect to the remaining states, it shall enter into force thirty (30) days from the date on which the state has accepted the Agreement through one of the modalities set forth in Article 21.

Article 26. This Agreement shall remain in effect indefinitely. However, any State Party may denounce it. The instrument of denunciation shall be deposited with the General Secretariat of the Organization of American States. One year after the denunciation, the Agreement shall cease to be in effect for the denouncing state but remains in effect for the other States Parties.

CHAPTER XI

DEPOSIT OF THE ORIGINAL INSTRUMENT

Article 27. The original instrument of this Agreement, the Spanish, English, Portuguese, and French texts of which are equally authentic, shall be deposited with the General Secretariat of the Organization of American States, which shall transmit certified copies thereof to the General Secretariat of the United Nations for registration and publication, pursuant to Article 102 of the United Nations Charter. The General Secretariat of the Organization of American States shall notify the member states of the OAS of the signature of the Agreement, the deposit of instruments of ratification, acceptance, approval, accession, and denunciation, or reservations made to this Agreement, as well as any amendments thereto.

**ACCORD DE COOPÉRATION ET D'ASSISTANCE MUTUELLE INTERVENU
ENTRE LES AUTORITÉS PORTUAIRES INTERAMÉRICAINES**

PRÉAMBULE

LES ÉTATS MEMBRES DE LA COMMISSION INTERAMÉRICAINNE DES PORTS (CIP),

CONSIDÉRANT:

Que la Charte de l'Organisation des États Américains (OEA) a inscrit, au nombre de ses objectifs centraux, la promotion, par le moyen d'actions de coopération, du développement économique, social et culturel de ses États membres;

Que la Commission interaméricaine des ports du Conseil interaméricain pour le développement intégré (CIDI) de l'Organisation des États Américains a pour objectif fondamental de faire office de forum interaméricain permanent des États membres de l'OEA pour le renforcement de la coopération continentale en matière de développement portuaire, avec la participation et la collaboration actives du secteur privé et qu'elle met en oeuvre ses activités en tenant compte des priorités établies par le Plan stratégique de partenariat pour le développement du CIDI;

Que Conférence interaméricaine des ports, -entité prédécesseur de la CIP- à l'occasion de sa VIIIe Réunion, tenue à San Pedro Sula, Honduras, en 1993, a adopté la Résolution CIES/PUERTOS/Res. 4 (VIII-93), dans laquelle elle recommande aux États membres d'instaurer un système de coopération entre les autorités portuaires; que, à cet effet, le Secrétariat technique a soumis en 1994 au Comité technique permanent des ports un projet d'accord et que, après avoir étudié et révisé ledit projet, celui-ci a approuvé, lors de sa XVIIe Réunion, tenue à la Barbade, en juin 1995, la Résolution COM/PUERTOS/Res. 10 (XVII-95) par laquelle il adoptait le projet d'Accord de coopération et d'assistance mutuelle entre les Autorités portuaires interaméricaines, et chargeait le Secrétariat technique de la rédaction du texte définitif;

Que l'ouverture économique, la libéralisation des échanges, les processus d'intégration économique et la modernisation de la fonction publique, que connaissent les pays américains, font que le transfert des expériences et l'échange des idées et des méthodes entre les différents pays exigent des procédures expéditives, un appui réciproque et une prise en compte réelle des changements macro-économiques que vit le monde, ce qui permet également de stimuler la coopération et d'en faire un instrument fondamental qui renforce les relations entre les États et les peuples, au nom du développement harmonique et intégral des pays américains;

Que les États membres, conscients de la nécessité de moderniser et d'adapter les systèmes portuaires interaméricains afin de se doter de services souples, rapides, sûrs et économiques, à même de faciliter le commerce international, ont décidé d'unir leurs efforts par la création de diverses possibilités de coopération aptes à accélérer le processus de modernisation. Il leur faut, de ce fait, établir un règlement-cadre qu'ils estiment devoir se conformer aux normes de l'accord ci-dessous, "l'Accord de coopération et d'assistance mutuelle entre les autorités portuaires interaméricaine", ci-devant "l'Accord",

SONT CONVENUS DE CE QUI SUIT:

CHAPITRE I

DÉFINITIONS

Article 1. Aux effets du présent Accord, les définitions suivantes sont adoptées:

- a. Autorité portuaire nationale: l'organisme gouvernemental des États membres qui est chargé de l'administration, de la supervision ou de la coordination du système portuaire national.
- b. Administration portuaire: l'organisme public ou privé qui est chargé de l'administration d'un port ou d'un ensemble de ports dans un État membre.
- c. États membres: tous ceux qui font partie de l'Organisation des États Américains (OEA).
- d. États parties: tous ceux qui ont accepté de se soumettre à des obligations par le biais du présent Accord et qui ont manifesté leur consentement par l'une quelconque des procédures prévues à l'article 21, conformément aux conditions établies dans leurs législations respectives.
- e. Commission: la Commission interaméricaine des ports de l'OEA.
- f. Comité exécutif: l'organe qui est chargé de l'exécution des politiques de la Commission.
- g. Secrétariat de la CIP: Le bureau du Secrétariat général de l'OEA, qui est chargée de fournir à la CIP les services prévus dans le Règlement de la Commission interaméricaine des ports, adopté par le CIDI.

CHAPITRE II

BUTS ET CHAMP D'APPLICATION

Article 2. L'Accord a comme objectif principal la coopération et l'assistance mutuelle dans tous les domaines de l'activité portuaire, notamment les domaines qui aident les États membres à se doter de systèmes portuaires modernes, souples, économiquement productifs, rentables, efficaces, rapides et sûrs; et à favoriser l'adoption d'une politique portuaire interaméricaine compatible avec les initiatives et les processus d'intégration entre les pays américains.

Article 3. L'Accord couvre tous les domaines de l'activité portuaire afférents à la politique, à la réglementation normative, à l'administration, aux investissements, à la tarification, à l'automatisation, à la commercialisation, à l'exploitation, à la sécurité, à l'environnement, aux ressources humaines et aux autres aspects relatifs à la modernisation des ports.

CHAPITRE III

MODALITÉS GÉNÉRALES DE LA COOPÉRATION ET DE L'ASSISTANCE MUTUELLE

Article 4. La coopération et l'assistance mutuelle sont mises en oeuvre au moyen d'échanges d'informations et de documentation, de l'assistance technique directe et d'actions de formation du personnel.

Article 5. Les États parties, par l'intermédiaire de l'Autorité portuaire nationale, désignent un Bureau de liaison et un Chargé de liaison, qui auront pour tâche de veiller à l'application de l'Accord. Les informations précitées sont notifiées par écrit au Secrétariat de la CIP qui les compile et les achemine régulièrement aux Bureaux de liaison des États parties.

CHAPITRE IV

ÉCHANGE D'INFORMATIONS ET DE DOCUMENTATION

Article 6. Les États parties recueillent et tiennent à jour, de manière permanente, un compendium de données et de documents sur les activités des ports.

Article 7. Les États parties encouragent un échange permanent du compendium de données et de documents sur les ports.

Article 8. Les États parties envoient chaque année au Secrétariat de la CIP le compendium de données et de documents sur les domaines intéressant l'activité portuaire, pour qu'il soit régulièrement diffusé et publié, selon les disponibilités budgétaires. De même, à partir de ces données et de ces documents, le Secrétariat de la CIP doit créer une Banque interaméricaine de données sur les ports. Tous les États parties auront un accès direct à cette banque de données, sur demande écrite adressée au préalable au Secrétariat de la CIP.

Article 9. Les États parties collaborent, en se fournissant mutuellement des informations et de la documentation, suite à une demande écrite émanant du Bureau de liaison d'un État partie, désigné conformément à l'article 5. Les informations et la documentation que se fournissent les États parties seront accessibles au public, sauf dans les cas où l'État partie qui répond à la demande établit une disposition contraire.

CHAPITRE V

ASSISTANCE TECHNIQUE DIRECTE

Article 10. Les États parties se prêtent une assistance technique directe, en désignant à cet effet, des experts nationaux qui interviendront en qualité de conseils, de consultants et de formateurs ou qui participeront à des manifestations spéciales et fourniront d'autres formes d'assistance technique dans les différents domaines de l'activité portuaire. Les conditions régissant l'assistance technique directe seront établies par voie d'accord entre les États parties concernés.

Article 11. L'État partie qui désire recevoir une prestation d'assistance technique directe de la part d'un autre État partie disposé à la lui offrir lui adressera, dans les délais de temps suffisants, une demande écrite précisant les informations suivantes : (a) objectif de l'assistance technique directe; (b) résultat final escompté; (c) nombre d'experts requis et leur profil; (d) lieu de mise en oeuvre de l'assistance technique, durée et dates de celle-ci; (e) rémunération disponible pour les experts; (f) offre relative aux frais de voyage et de séjour des experts; (g) contributions de contrepartie en termes de déplacement local, de personnel, de communications, etc., et (h) toute autre information appropriée. L'État partie, disposé à prêter l'assistance technique directe demandée, s'engage à répondre officiellement à la requête dans un délai maximal de 30 jours à compter de la date de réception de la requête. Les États parties conviendront, par le biais des Bureaux de liaison des Autorités portuaires nationales, des conditions de couverture des coûts relatifs aux actions d'assistance technique directe.

Article 12. Les États parties s'engagent à envoyer au Secrétariat de la CIP le curriculum vitae des experts portuaires nationaux afin que celui-ci crée et tienne à jour une Banque de données sur les experts portuaires interaméricains. Les informations que contiendra cette banque de données seront tenues à la disposition des États parties.

Article 13. Le Secrétariat de la CIP recommandera aux États parties, quand ils lui en feront la demande, les normes générales et les conditions financières qui régiront la mise en oeuvre de ces activités d'assistance technique afin que ces activités se matérialisent à des coûts raisonnables et dans un esprit de coopération et d'assistance mutuelle entre les États parties.

Article 14. Le Secrétariat de la CIP fera appel, lorsque cela sera nécessaire, à la coopération, sous forme de mise à disposition de ressources humaines, matérielles et économiques, des organismes de coopération régionaux et internationaux, publics et privés, afin de développer et de renforcer les programmes d'assistance directe que les États parties lui auront soumis.

CHAPITRE VI

FORMATION DU PERSONNEL

Article 15. La formation du personnel du secteur portuaire des États parties est l'une des principales formes de coopération et d'assistance réciproque. Elle sera dispensée dans le cadre de cours, de séminaires, d'ateliers, de stages, de démonstrations pratiques sur le lieu de travail et d'autres actions portant sur les différents domaines de l'activité portuaire.

Article 16. Les États parties s'engagent à favoriser, sur leur territoire et dans la mesure de leurs possibilités, la conduite d'actions de formation du personnel du secteur portuaire, au niveau régional et interaméricain.

Article 17. Les États parties doivent accorder une haute priorité à la participation de leurs personnels du secteur portuaire aux actions de formation organisées par le Secrétariat de la CIP ainsi qu'à celles mises en oeuvre par les autres États membres.

CHAPITRE VII

FONCTIONS DES AUTORITÉS PORTUAIRES NATIONALES

ET DU SECRÉTARIAT DE LA CIP

Article 18. Les Autorités portuaires nationales offriront toute la collaboration requise pour atteindre les objectifs de cet Accord. A cet effet, elles auront à leur charge les Bureaux de liaison et s'engagent, par l'intermédiaire de ceux-ci, à maintenir des liens étroits avec les Administrations portuaires de leur pays en leur fournissant les informations pertinentes de cet Accord et en veillant à l'exécution fidèle des dispositions que consacre ledit Accord. Elles s'engagent, de même, à entretenir un courant de communication avec les Bureaux de liaison des autres États parties et avec le Secrétariat de la CIP.

Article 19. Outre les fonctions qui lui sont dévolues dans les articles qui précèdent, le Secrétariat de la CIP sera, dans la mesure de ses possibilités budgétaires, l'organisme chargé d'entretenir un courant de communication permanent avec les Autorités portuaires nationales et avec les Bureaux de liaison de tous les États parties. Il lui incombera de proposer des modifications aux termes de la coopération et de l'assistance mutuelle prévus dans le présent Accord. Le Secrétariat de la CIP sera également chargé d'assurer le suivi et la continuité de l'application de cet Accord ainsi que de la révision périodique de ses normes et des résultats obtenus.

CHAPITRE VIII

PROCÉDURE À SUIVRE POUR ÊTRE PARTIE À L'ACCORD

Article 20. Le présent Accord, une fois qu'il aura été adopté par la majorité des États membres, au cours d'une séance plénière de la Commission, est ouvert à la signature des États membres de la CIP.

Article 21. Conformément aux dispositions de leur législation respective, les États membres peuvent devenir parties au présent Accord par :

- a. La signature de l'Accord non subordonnée à une ratification, acceptation ou approbation;
- b. La signature sous réserve d'une ratification, acceptation ou approbation, suivie de cette ratification, acceptation ou approbation; ou
- c. L'adhésion.

La ratification, acceptation, approbation ou adhésion est effectuée par le dépôt d'un instrument de ratification, d'acceptation, d'approbation ou d'adhésion au Secrétariat général de l'Organisation des États Américains, en sa qualité de dépositaire.

Article 22. Les États parties peuvent formuler des réserves au présent Accord au moment de le signer, de l'approuver, de le ratifier ou d'y adhérer, à condition que ces réserves ne soient pas incompatibles avec l'objet et les buts de l'Accord et qu'elles portent sur une ou plusieurs dispositions précises.

CHAPITRE IX

MODIFICATION ET RÈGLEMENT DES DIFFÉRENDS

Article 23. Les amendements au présent Accord ne pourront être adoptés que dans le cadre d'une séance plénière de la Commission, avec le consentement de la majorité des États membres. Les amendements entreront en vigueur dans les mêmes termes et conformément aux procédures établies à l'article 21. Les instruments sur lesquels figurent les modifications seront ajoutés en tant qu'annexes au présent Accord.

Article 24. Tout différend qui interviendrait quant à l'application ou à l'interprétation du présent Accord ou à la mise en oeuvre d'activités relatives à celui-ci devra être réglé par voie de négociation directe entre les États parties concernés. Les différends qui ne pourront être résolus par voie de négociation directe seront soumis aux procédures d'arbitrage dont conviendront les États parties concernés.

CHAPITRE X

ENTRÉE EN VIGUEUR ET DURÉE DE L'ACCORD

Article 25. Le présent Accord entrera en vigueur le trentième jour suivant la date à laquelle deux États parties seront devenus parties audit Accord. Pour les autres États, il entrera en vigueur le trentième jour suivant la date où ces États auront manifesté leur consentement, selon l'une des modalités prévues à l'article 23.

Article 26. Le présent Accord est conclu pour une durée indéterminée. Il pourra, cependant, être dénoncé par tout État partie. L'instrument de dénonciation sera déposé au Secrétariat général de l'Organisation des États Américains. Passé un an à partir de la dénonciation, l'Accord cessera ses effets à l'égard de l'État qui le dénonce, mais restera en vigueur pour les autres États parties.

CHAPITRE XI

DÉPÔT DE L'INSTRUMENT ORIGINAL

Article 27. L'instrument original du présent Accord, dont les textes en anglais, espagnol, français et portugais sont également authentiques, sera déposé au Secrétariat général de l'Organisation des États Américains, qui enverra une copie certifiée dudit texte au Secrétariat général des Nations Unies, pour enregistrement et publication, conformément à l'article 102 de sa Charte. Le Secrétariat général de l'Organisation des États Américains notifiera les États membres de la CIP les signatures, les dépôts d'instruments de ratification, d'acceptation, d'approbation, d'adhésion et de dénonciation ainsi que les réserves qui seraient formulées au présent Accord ou les modifications qui seraient apportées à celui-ci.